

enquanto gestores dos recursos e dos capitais e os pescadores como assalariados. O pescador-operário é já uma entidade distinta dos detentores dos meios de produção que entre nós cresceu no terceiro quartel de Oitocentos mercê da introdução dos cercos a vapor e da instalação das conserveiras.

Igualmente importante, entre muitas outras notas de transformação das pescas portuguesas, é a mudança dos regimes de jurisdição das águas marítimas, do direito de acesso aos recursos e ao próprio produto da pesca. A pesca em águas marítimas ou fluviais era a princípio um direito senhorial exercido pelo rei ou delegado por ele. A legislação liberal de 1830 libertou os pescadores do domínio senhorial e religioso na intenção de «animar as pescarias» e atenuar a dependência das importações de bacalhau (p. 205).

Entre outros méritos, este livro recoloca a análise das pescas num contexto histórico e humano. Num tempo em que as pescas carecem de uma ética de regulação assente em princípios de solidariedade geracional (80% dos recursos marinhos encontrar-se-ão em estado de «sobrepesca»), o dicionário em apreço é um belo convite à re-humanização das visões dos mundos das pescas, porque as recontextualiza no seu nicho humano e social. Compõe ainda um discurso fora do reduto institucional do Estado e das instituições burocráticas da União Europeia, longe das abordagens confinadas à economia ou à biologia, importantes mas insuficientes para se perceber uma

realidade tão sistémica. Trata com rigor e a partir de um notável levantamento de fontes manuscritas e impressas (incluindo monografias científicas e locais) temas e problemas nos quais as ciências sociais e humanas não têm tido espaço ou não o têm procurado. Certamente abrirá caminho a outras investigações no domínio das pescas e da sua história, cujas limitações e possíveis rumos Inês Amorim discute e aponta a fechar o capítulo 1. Uma história das pescas em Portugal seria, com certeza, um trabalho de síntese indispensável e de efeitos multiplicadores nesta área temática. Projecto que poderá colher neste estudo de síntese alguns dos seus fundamentos. Mais do que qualquer outro até agora publicado neste domínio, o dicionário fixa conceitos, define vocábulos e lança problemáticas. Parece-nos uma obra de consulta indispensável.

ÁLVARO GARRIDO

Glória Rebelo, Trabalho e Igualdade. Mulheres, Teletrabalho e Trabalho a Tempo Parcial, Oeiras, Celta Editora, 2002, 88 páginas.

A autora tem dado um importante contributo para a discussão do fenómeno laboral em Portugal. A sua tese de doutoramento, intitulada *Emprego e Formas de Precariedade de Activi-*

dade Laboral: o Caso de Portugal no Contexto da União Europeia (2001), constitui, de facto, um assinalável trabalho ao perspectivar, quer a natureza multidimensional do trabalho precário, destacando as suas tendências, quer as consequências dessa precariedade a nível pessoal e social.

Ao debruçar-se sobre as recentes dinâmicas sócio-económicas do trabalho e do emprego, Glória Rebelo centra-se, nesta obra que aqui se recenseia, por um lado, na actividade laboral feminina (parte I do livro) e, por outro lado, nas consequências, para as mulheres, das novas práticas laborais, designadamente ao nível das políticas de gestão do tempo e do local de trabalho (parte II do livro).

Defende-se que as transformações ocorridas na sociedade em geral, e em particular no sistema produtivo, despoletaram fortes alterações nos modos de organização e nas dinâmicas do trabalho e do emprego. As mutações económicas (novos modelos de produção), técnicas (progresso técnico, tecnologias de informação e de comunicação) e sociológicas (acréscimo do individualismo nas relações laborais) (re)configuraram o mercado de trabalho. A discussão actual em torno dessas (re)configurações do mercado de trabalho tem sido, assim, atravessada pela ideia de flexibilidade assente em duas grandes dimensões: o espaço e o tempo de trabalho.

Neste contexto, refere a autora, a problemática do tempo de trabalho assume uma importância crescente no interior da União Europeia não só

ao nível estritamente económico, mas nas mais diversas esferas da vida social. A reorganização e a redução dos tempos de trabalho são claramente questões que estão longe de gerarem consensos, transparecendo antes os conflitos profundos e os interesses divergentes entre empresários e trabalhadores. Glória Rebelo defende que, frequentemente, «não é aos trabalhadores que cabe a opção pela reorganização do tempo de trabalho: são as empresas que decidem quem deve trabalhar e em que momento» (p. 12), sendo os «conflitos entre o lar e o trabalho, especialmente aqueles que giram em torno da assistência a membros da família» (pp. 12-13), uma prova evidente dessa relação tensa e conflituosa. A vida das empresas depende fortemente das pessoas que nelas trabalham; nessa medida, as primeiras não podem alhear-se das transformações e das vivências que ocorrem no quotidiano das segundas, sob pena de se confrontarem com problemas de decréscimo de produtividade e de aumento dos conflitos entre o trabalho e a família.

Num dos seus últimos artigos¹, a autora refere precisamente que toda a nova cultura do trabalho e do emprego acarreta uma nova atitude social e coloca numerosos desafios aos actores sociais, em particular aos sindicatos, aos empregadores, às as-

¹ Glória Rebelo, «Nova cultura do trabalho: que desafios para os actores sociais?», in *Documento de Trabalho*, Lisboa, Dinâmia, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, ISCTE, Setembro de 2002.

sociedades de cidadãos e às universidades. Trata-se, de facto, de um contexto complexo que exige um amplo movimento de mobilização às mais diversas escalas locais, nacionais, regionais e globais.

Nestas novas (re)configurações laborais, as novas tecnologias de informação e de comunicação assumem um papel importante. Um dos seus principais efeitos visíveis foi a «intensificação do movimento de automatização, isto é, a substituição do trabalho humano pela acção das máquinas» (p. 8), que coloca acrescidas exigências aos trabalhadores. A mundialização, na óptica da autora, terá sido outra essencial consequência da utilização das novas tecnologias. Uma vez que a economia de cada país depende cada vez mais das trocas económicas mundiais, os países ditos industrializados tiram proveito dessas tecnologias para deslocalizarem as suas actividades, no sentido de obterem condições sociais e económicas mais atractivas.

Neste contexto de mudança laboral, confere-se um especial destaque à situação das mulheres. Ela tende a ser fortemente influenciada por «factores estruturais» (ordem económica, sociológica e jurídica) e por «factores conjunturais» (aumento da inflação, do desemprego, que condicionam a entrada, a permanência, a saída e as respectivas flutuações da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho).

Apesar de tudo, defende-se que as mulheres trabalham não apenas para aumentar o rendimento familiar, ou, pelo menos, que essa não é a causa única, mas antes que, à seme-

lhança do que acontece com os homens, é a necessidade de auto-estima e de afirmação pessoal que justifica a sua actividade. A partir de dados do Eurostat, refere-se, precisamente, que a actividade feminina no interior da União Europeia e em Portugal, em particular, conhece um forte acréscimo. Prudentemente, a autora sublinha que as médias europeias não podem mascarar as disparidades existentes na Europa dos quinze.

Se, anteriormente, o mundo do trabalho era fortemente masculinizado, na actualidade ele vive uma profunda e heterogénea feminização. De facto, tal feminização tem sido acompanhada também pela discriminação no emprego (apesar de a Constituição salvaguardar o princípio de igualdade de todos perante a lei), por remunerações desiguais, por fracos índices de participação social e política e pela reduzida partilha das tarefas domésticas.

Na segunda parte do livro, a autora avalia o impacto das políticas de gestão do tempo e do local de trabalho na actividade das mulheres. Uma ideia destaca-se a propósito da gestão do tempo de trabalho. Uma vez que a redução do tempo de trabalho tem sido pensada, sobretudo, em função de critérios demasiado economicistas, torna-se fundamental apreender e assumir a natureza multidimensional dessas políticas de gestão: «surge a necessidade de engendrar fórmulas originais de redução do tempo de trabalho que, supostamente concebidas para melhorar as condições que constituem a envolvente ‘emprego/família’, tornem mais humano o mundo do trabalho» (p. 37).

O trabalho a tempo parcial surge como uma das novas formas de trabalho, integrada num princípio de «partilha de trabalho», com um estatuto muitas vezes ambíguo, podendo traduzir, por um lado, uma repartição mais igualitária da mão-de-obra e, por outro lado, um instrumento que permite a inserção laboral de indivíduos distante das «relações laborais do tradicional modelo de emprego». Globalmente, ainda que se constatem diferenças nos países da Europa dos quinze, o trabalho a tempo parcial conhece um visível acréscimo, quer no respeitante ao contingente de trabalhadores que abrange, quer relativamente aos sectores de actividade que cobre. Como se situam as mulheres face ao trabalho parcial? A autora afirma que, se a proliferação dessa forma de trabalho é geral, a sua «prática é desigual». Há situações claramente diferenciadas consoante a idade, o sexo, a escolaridade, a situação perante a profissão, o sector de actividade e os motivos que justificam tal situação. Para além de ser bastante feminizado, o trabalho a tempo parcial é por vezes involuntário, o que constitui uma condição decisiva para o encaminhar para uma modalidade, entre outras, de trabalho precário.

Refere-se ainda a existência de um «claro fosso geográfico» no interior da União Europeia: «o trabalho a tempo parcial é das mulheres no Norte da Europa; as do Sul (países mediterrâneos) apenas recorrem a este tipo de trabalho de forma marginal» (p. 55).

A atenção da autora recai, por último, nas políticas de gestão do local de trabalho. Tendo como pano

de fundo a mundialização da economia, as inovações tecnológicas e a necessidade de adaptabilidade das empresas e das pessoas, é discutido o teletrabalho como o «novo trabalho no domicílio» (p. 66). Glória Rebelo enceta uma análise detalhada acerca do teletrabalho e do teletrabalhador, demarcando-se de visões excessivamente optimistas e revolucionárias que associam o teletrabalho ao início de uma nova era laboral. Com efeito, ainda que se assuma como uma modalidade em forte expansão no interior dos países da União Europeia, coloca problemas complexos, por exemplo, ao nível do isolamento e do estatuto jurídico do teletrabalhador.

À laia de conclusão, trata-se de um livro que traça um breve (88 páginas) e perspicaz retrato de algumas linhas norteadoras da discussão sobre um vasto e importante problema da sociedade portuguesa e da União Europeia.

SOFIA ALEXANDRA CRUZ

José Machado Pais, Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, Métodos e Estudos de Caso, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, 284 páginas.

Desde que tive a oportunidade de fazer a leitura de *Sociologia da Vida Quotidiana: Teorias, Métodos e Es-*